

**Revista  
de Direito  
Econômico**

janeiro/julho de 2000

**Editor**

Adriano Candido Stringhini

**Composição do CADE**

**Presidente**

JOÃO GRANDINO RODAS

**Conselheiros**

MÉRCIO FELSKY

JOÃO BOSCO LEOPOLDINO da Fonseca

HEBE Teixeira ROMANO Pereira da Silva

THOMPSON Almeida ANDRADE

CELSO Fernandes CAMPILONGO

AFONSO ARINOS de Mello Franco Neto

**Procurador-Geral**

AMAURI SERRALVO

**Procuradores**

Adriana Pereira de Mendonça, Araken Oliveira da

Silva, Áurea Regina Sócio de Queiroz Ramim,

Chandre de Araújo Costa, Claudius Fábio Caran

Britto, Dalton Soares Pereira, Eleni Fátima Carillo

Battagim, Fernanda Prestes Cesar Bussacos

Pacheco, Francisco Vicente P. Catunda, Jorge

Henrique Pereira de Menezes, José Cândido de

Carvalho Junior, Karla Margarida Martins Santos,

Lílian Castro Rodrigues, Marcelo Kallil Grigolli,

Maria Abadia Alves, Nancy de Abreu, Ricardo

Augusto Panquestor Nogueira, Ricardo Cardoso

Alves Meirelles, Rogério Santos Muniz, Servio

Márcio Santana Murta, Sídio Rosa de Mesquita

Júnior e Simone Maria Araújo Leite Ferreira

**Chefe de Gabinete**

Évelin de Almeida Celso Neto

**Assessores**

Adriano C. Stringhini, Alexandre Gheventer, Carla

Maria Naves Ferreira, Chandre de Araújo Costa,

Fernanda Feierabend Baeta Leal, Henrique

Campos, Márcia Alves Brito, Maria dos Anjos

Alves Quaresma de Andrade, Pedro Montenegro,

Roberto Teixeira Alves e Valdomiro José de

Almeida.

A *Revista de Direito Econômico* é editada pelo

CADE, e impressa na Imprensa Nacional.

Endereço para correspondência: Setor Comercial

Norte, quadra 2, Bloco C — Brasília — DF

CEP: 70.754-510.

Tel.: (061) 426-8599

Fax: (061) 328- 5523/326 9733.

**Internet: [www.mj.gov.br/cade](http://www.mj.gov.br/cade)**

**E-mail: [cade@mj.gov.br](mailto:cade@mj.gov.br)**

**SUMÁRIO**

- 5 **Apresentação**
- 7 **Doutrina**
- 9 Incentivos, Subsídios e Concorrência Fiscal Danosa — *Ives Gandra da Silva Martins*
- 27 Os Auxílios Estatais e o Sistema de Concorrência: A Experiência da União Européia — *Fernando Passos*
- 47 O Direito da Concorrência e seus Fundamentos. Racionalidade e Legitimidade na Aplicação da Lei nº 8.884/94 — *Luis Fernando Schuartz*
- 87 Normas Gerais de Direito Econômico — *Washington Peluso Albino de Souza*
- 119 A Natureza Jurídica dos Compromissos de Cessação — *Cláudia Ribeiro Pereira Nunes*
- 135 Análise do Âmbito de Aplicação do Protocolo de Defesa da Concorrência do Mercosul à Luz da Experiência Comunitária Européia — *Pedro Montenegro*
- 147 Momento da Notificação de um Ato de Concentração — *Ruy Santacruz*
- 165 Política Antitruste e Desenho Institucional — *Alexandre Gheventer*
- 187 Direito Comparado**
- 189 Legislación sobre Defensa de la Competencia en la Argentina — *Norma A. Pascar*
- 197 Legislação**
- 199 Medida Provisória nº 2.055, 11.08.00
- 205 Medida Provisória nº 2.056, 11.08.00
- 207 Colaborações**
- 209 Orientação editorial: regras a observar

31

## **ERRATA**

### **Onde se lê**

Página 135,

"Sumário: I. Introdução. 2. A evolução da economia brasileira. 3. Setor serviços no Brasil. 4. Setor serviços e defesa da concorrência. 5. O segmento bancário e financeiro. 6. A fusão de bancos e a competência do CADE. 7. Conclusão"

### **Leia-se**

"Sumário: I. Introdução. II. Suscetibilidade de afetação do comércio entre os Estados-Membros da União Européia e o art. 4º do Protocolo de Fortaleza. III. O abuso de posição dominante "numa parte substancial" do Mercado Comum. IV. Recentes desenvolvimentos no Direito Europeu: conseqüências do Princípio da Subsidiariedade. V. Conclusão"

# Apresentação

A Revista de Direito Econômico — RDE — chega ao seu número 31, consagrando-se como uma das mais importantes publicações de Direito Concorrencial do Brasil. A cada edição, o número de artigos enviados para a revista tem aumentado e nesta, em particular, foram encaminhados mais de 20 artigos para análise desta editoria. É mister ressaltar que todos os artigos são de alto nível técnico e englobam aspectos dos mais variados dentro do âmbito do Direito Concorrencial.

Fazendo jus a isto, está em fase de conclusão o projeto de criação de um Conselho de Redação da RDE, encarregado principalmente de aprovar o planejamento da futura edição, debater os temas da edição a ser lançada e aprovar os membros dos comitês editoriais, estes responsáveis pela análise dos artigos a serem publicados. Trata-se de medida descentralizadora, que tem como fulcro principal promover maior equidade e precisão na avaliação dos artigos encaminhados para a revista.

Os 38 anos do CADE são comemorados com uma nova composição do Colegiado. Assumem o primeiro mandato o Presidente João Grandino Rodas e os Conselheiros Thompson Almeida Andrade, Celso Fernandes Campilongo e Afonso Arinos de Mello Franco Neto. O Conselheiro Mércio Felsky continua seu segundo mandato e os Conselheiros João Bosco Leopoldino e Hebe Romano e o Procurador-Geral Amauri Serralvo continuam seus primeiros mandatos.

O debate doutrinário continua enriquecido com as contribuições de Ives Gandra Martins, Fernando Passos, Luís Fernando Schuartz, Washington Peluso Albino de Souza, Cláudia Ribeiro Pereira Nunes e Pedro Montenegro.

**Ives Gandra Martins** nos honra com o artigo *Incentivos, Subsídios e Concorrência Fiscal Danosa*, tema altamente polêmico, mas que o eminente jurista soube tratar com a acuidade que lhe é peculiar.

A seguir, **Fernando Passos** também aborda o tema da guerra fiscal, dentro de uma ótica comparativa com a União Européia.

Neste período de transição do direito concorrencial brasileiro, os artigos de **Fernando Schuartz** e **Washington Peluso Albino de Souza** ganham destaque pelo elevado grau técnico, com conceitos teóricos da maior grandeza, que merecem ser sabiamente perseguidos quando da elaboração da nova legislação.

A Natureza Jurídica dos Compromissos de Cessação é abordada por **Cláudia Ribeiro Pereira Nunes**, que traça um paralelo da questão com base em ampla jurisprudência do CADE.

O Protocolo de Defesa da Concorrência no Mercosul, à luz da experiência comunitária europeia, é brilhantemente analisado por **Pedro Montenegro**, destacando-se a atualidade do tema em face da recente ratificação pelo Congresso Nacional do texto do protocolo.

Neste momento de consolidação da legislação da defesa da concorrência no Brasil, **Ruy Santacruz** discute sobre o momento em que surge o dever de comunicar a realização de um ato enquadrado no art. 54 da Lei nº 8.884/94.

Por fim, em oportuno artigo de **Alexandre Gheventer**, são discutidos aspectos do desenho institucional — em especial, autonomia, transparência e *enforcement* — e de seus efeitos sobre a política antitruste.

A sessão *Direito Comparado* mostra a experiência internacional em texto de **Norma A. Pascar**, no qual apresenta um artigo comentando pormenorizadamente a nova legislação argentina.

Nossos leitores poderão verificar nesta edição as mais recentes questões do mundo da defesa da concorrência apresentadas de forma clara e dinâmica por profissionais, professores e especialistas da área. Esperamos que encontrem aqui informações que venham ao encontro de suas inquietações e dúvidas, estimulando novos estudos e pesquisas.

*O Editor*

Os artigos assinados desta publicação refletem exclusivamente a opinião de seus respectivos autores.